

OFÍCIO P Nº 11/2021

São Paulo, 9 de março de 2021.

À

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS

Av. Augusto Severo, n. 84 – Glória

Rio de Janeiro – RJ

At. Dr. Rogério Scarabel Barbosa – M.D. Diretor Presidente Substituto e Diretor de Normas e Habilitação de Produtos - DIPRO

Assunto: Consulta Pública n. 82 – Proposta de Alteração de Resolução Normativa que objetiva aperfeiçoar os critérios para as alterações na rede hospitalar

Prezado Senhor,

Vimos pela presente, na qualidade de legítima representante das instituições de autogestão em saúde, com participação na Câmara de Saúde Suplementar, com fulcro no art. 13, V, “a”, da Lei n. 9.961, de 2001, submeter à apreciação de V. Sa. o presente pedido de aplicação de tratamento diferenciado às instituições de autogestão, com referência a regra de redimensionamento de rede hospitalar por redução, constante da Consulta Pública mencionada epígrafe, em face dos argumentos de fato e de direito abaixo expostos.

Esclareça-se que a presente proposta está sendo encaminhada em separado, sem prejuízo de eventual apresentação de outras contribuições através do sítio eletrônico, tendo em vista a relevância jurídica da matéria e os limites de caracteres constantes na página “Consultas e Participações Públicas”.

Ora, considerando que nas autogestões a adesão de beneficiários não ocorre por critérios de apreciação de rede de prestadores hospitalares vinculados aos produtos oferecidos, mas sim porque preenchem os requisitos de elegibilidade a um dos grupos definidos no art. 2º da Resolução Normativa – RN n. 137, de 2006, verifica-se eventual observância de regras de manutenção de rede credenciada nas autogestões não tem o mesmo impacto mercadológico aplicável às operadoras de mercado, que se utilizam da divulgação da rede credenciada como forma de captação e fidelização de consumidores, devendo ser aplicadas regras mais rígidas

Alameda Santos, 1.000 – 8º Andar – Cerqueira César – CEP 01418-100 – São Paulo – SP - Fone: (11) 3289-0855
Home Page: <http://www.unidas.org.br> – e-mail: institucional@unidas.org.br

para o redimensionamento, sob pena de poder fomentar, eventualmente, verdadeira publicidade enganosa. Ademais, lembre-se que as autogestões nem mesmo estão sujeitas aos efeitos do Código de Defesa do Consumidor, por força da Súmula n. 608 do Superior Tribunal de Justiça, tendo aludido tribunal reconhecido as especificidades das autogestões.

Por outro lado, como reconhecido pela própria ANS em diversas manifestações, as autogestões podem extinguir produtos, mesmo que tenham beneficiários inscritos, procedendo a sua migração para outros produtos, até mesmo com rede credenciada diferenciada, desde que aludida decisão seja tomada pelo órgão estatutariamente competente.

Tal exegese encontra amparo no Despacho n. 372/2011/GGEOP/DIPRO/ANS, de 23 de março de 2011, de autoria da Especialista em Regulação de Saúde Suplementar da ANS, Sra. Fernanda Lemos Lima, que analisando denúncia apresentada por um beneficiário de determinada operadora que “deseja ingressar no referido plano adaptado e a operadora negou sua solicitação, alegando que o produto em questão é um plano antigo”, asseverou que:

“Quanto à competência desta Gerência Geral de Estrutura e Operação de Produtos, em relação ao primeiro questionamento, cabe informar que no caso de planos de contratação coletiva, seja empresarial ou por adesão, a adaptação deve ocorrer por solicitação da pessoa jurídica contratante ou do responsável indicado no estatuto, no caso das autogestões.

Portanto, em se tratando de uma autogestão, basta que o órgão deliberativo responsável, segundo o regulamento da operadora, aprove a adaptação/transferência para que a mesma possa ocorrer, não dependendo da anuência individual de cada beneficiário. A partir da aprovação, o plano antigo de contratação coletiva por adesão será adaptado para todos os seus beneficiários.” (destaques nossos)

A ANS através do Ofício n. 31/2018/GEMOP/GGREP/DIRAD-DIPRO/DIPRO, de 11 de janeiro de 2018, deixou expresso que:

“Quanto ao questionamento da possibilidade de registro de novo produto sem que todos os beneficiários tenham que assinar novo termo de adesão, informamos que por se tratar de uma autogestão, **o Conselho de Administração pode, por assembleia e transcrito em ata, autorizar a mudança de todos os beneficiários para o novo plano, sem a necessidade de assinatura individual de termo de adesão.**” (destaques nossos)

Em face de tais considerações, não vislumbramos qualquer ilicitude na possibilidade dos próprios beneficiários da autogestão, na forma estabelecida em seus estatutos sociais, deliberarem sobre a redução da rede credenciada hospitalar, se tal conduta atende os seus legítimos interesses, pois são eles os maiores interessados na efetiva prestação dos serviços de saúde realizados pela autogestão. Ademais, se a autogestão tem o poder de cancelar produtos e efetivar a migração compulsória de seus beneficiários para outro produto, com eventual rede credenciada diferenciada, por que não permitir que seja realizado redimensionamento de rede hospitalar por redução, sem a necessidade de autorização prévia da ANS, desde que tal decisão seja tomada pelo órgão estatutariamente competente?

Obviamente, quem pode o mais, pode o menos, não se justificando, portanto, a aplicação do art. 10 da minuta de RN constante na Consulta Pública supramencionada às autogestões, recomendando a inserção de parágrafo único no citado artigo com a seguinte redação:

“Parágrafo Único – As entidades de autogestão descritas na Resolução Normativa – RN n. 137, de 2006, não estão sujeitas aos requisitos descritos no *caput* para a realização de redimensionamento de rede hospitalar por redução, devendo aludida decisão ser tomada por seu órgão estatutariamente competente e ser comunicada no

Portal Corporativo com 30 (trinta) dias de antecedência, contados do término da prestação de serviços, e deverá permanecer acessível por 180 (cento e oitenta) dias.”

Diante do exposto, contamos com a compreensão e a colaboração de V. Sa., no sentido de implementar na norma a ser publicada o citado tratamento diferenciado aplicável às autogestões, tendo em vista as suas especificidades, já reconhecidas pela própria ANS em outras oportunidades e pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.

Sem mais para o momento, reiteramos os nossos protestos de elevada estima e consideração, subscrevendo-nos,

Cordialmente,



Anderson Mendes
Presidente



Cleudes Cerqueira de Freitas
Vice-presidente